



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Superintendência de Compras e Licitações  
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788  
www.uffs.edu.br

Processo Administrativo n.º 23205.000526/2019-15  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019**

## “Anexo V”

### DECLARAÇÃO ME/EPP – Pregão Presencial n.º 03/2019

Ilmo. Sr. Pregoeiro.

(*Nome da empresa*), com sede (*endereço completo*), inscrita no CNPJ sob o n.º ....., **DECLARA** a Universidade da Fronteira Sul - UFFS, para fins de não incidência na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que e regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

**I** - preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- b) cumpre as obrigações acessórias a que esta sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

**II** - o signatário e representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a entidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e esta ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei no 9.430, de 1996, o sujeitara, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, as penalidades previstas na legislação criminal e tributaria relativas a falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributaria (art. 1º da Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

....., ..... de ..... de 2019

---

Assinatura do representante legal

(*nome e número da identidade do declarante*)